

**À PROF.^a DR.^a
DÉA RIBEIRO FENELON**

“PRA NÃO MORRER... É SÓ AMARRAR O TEMPO NO POSTE”: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

Regina Helena Alves da Silva¹

*O Tempo só anda de ida.
A gente nasce, cresce, envelhece e morre.
Pra não morrer
É só amarrar o Tempo no Poste.
Eis a ciência da poesia:
Amarrar o Tempo no Poste!
E respondendo mais: dia que a gente estiver com tédio de viver é
só desamarrar o Tempo do Poste.
Manoel de Barros*

Sempre morou, ao lado dos livros, da máquina de escrever e depois do computador, na estante de minha tia, uma caixa de fotografias. A gente sempre soube que nesta caixa havia fotografias. Ao mesmo tempo, ela sempre fez álbuns de fotos. Como historiadora que era seus álbuns estão organizados, por viagens, por pessoas, por situações, por tempos. Esta caixa não. Quando ela resolveu ir embora, eu e minhas irmãs fomos procurar algumas fotos dela para apresentar na primeira homenagem que fizemos a ela na PUC em São Paulo.

Primeiro, fui ver a caixa... antes dos álbuns. Memórias... Fotos misturadas, pessoas misturadas, situações misturadas, tempos mais que misturados. Tudo junto em uma caixa... Muitas memórias, outras histórias... Fotos oficiais de cargos que ela ocupou, fotos oficiais de congressos, simpósios, fotos de cursos que ministrou, fotos de amigos, família... Fotos do mar... Fotos das viagens, dos namorados, do companheiro, fotos minhas, de minhas irmãs, da minha avó... Fotos... E, principalmente, fotos

¹ Professora do Departamento de História da UFMG.

dos alunos e das salas de aula por todo o país e no exterior. Tem também o convite de formatura da primeira turma de História da UFMG, lá está o nome dela e de outros meus professores. Algumas dessas fotos estão um pouco aglomeradas. Tem uns bolinhos de fotos juntas. Memórias coletivas... Significados conjuntos, sentidos compartilhados...

Cada um de nós veio aqui falar de um desses bolinhos de fotos.²

A mim coube o bolinho da memória e do patrimônio. Bolinho interessante este, porque pode agregar todas as fotos da caixa e também ser formado só por algumas delas. Pode ser composto de todas as fotos que formam uma memória fragmentada, espalhada, múltipla, com inúmeros links que podem fazer sentido ou não. Mas pode também ser composto por uma seleção de algumas fotos que compõem um determinado período da vida profissional de minha tia.

Este é um texto escrito a duas mãos. Quando eu tinha dez anos minha tia me deu um violão de presente. Depois chamou um professor e nós duas começamos a aprender a tocar juntas. Quando olhei pra caixa de fotografias vi fotos nossas nesta época. Depois encontrei nos seus guardados nosso primeiro caderno de cifras de músicas para violão.

Resolvi escrever este texto junto com ela. Vou falar um pouco da trajetória profissional dela quando dirigiu o Departamento de Patrimônio Histórico da cidade de São Paulo – DPH/SP. Reuni seus textos sobre este tema e tentei costurá-los da melhor maneira possível.

Todo texto escrito a duas mãos tem que ter um eixo. De preferência uma linha que costure a escrita e não a deixe ficar andando por todos os lados. Escolhi começar com uma fala sempre repetida pela profa. Déa Fenelon. Não foi uma escolha difícil porque este pequeno pedaço de texto contém o sentido do que me fez ser historiadora como minha tia e sinto falta, hoje em

² Este texto foi elaborado para ser lido durante o XV Encontro Regional de História da ANPUH-MG em julho de 2008.

dia, de mais pessoas que pensem assim.

Aí está, pois o nosso campo de atuação, como historiadores comprometidos no social, não apenas interessados em narrar e descobrir o acontecido no passado, mas buscar a transformação no presente e a construção de um futuro diferente do que temos hoje. Estou partindo, pois, do reconhecimento da diversidade, da pluralidade, do direito de batalhar pela construção de projetos alternativos e por isto mesmo vou reafirmando que para mim a História será sempre política porque comprometida com seu tempo, o tempo presente....

Neste nosso país temos inúmeros discursos prontos de respeito da diversidade e a diferença. Mas sabemos que isso é só discurso. Não temos políticas públicas que efetivamente consigam tratar desta questão. Temos sim um arremedo de entendimento do que seja a diversidade e a diferença. Até hoje temos políticas culturais homogenizadoras que tratam o país como “portador” de uma cultura, homogênea e indivisível, mesmo que seja em sua diversidade.

Déa Fenelon sempre chamou a atenção para o fato de que a política cultural que orientou a preservação no Brasil ao tentar escolher somente alguns tipos de registros e acervos, carregando nas tintas de seus significados como fator de unidade nacional, atuou, na verdade, como uma ação de solvência das contradições reais e retirou da memória o significado de luta social que ela possui. A preocupação em consagrar um patrimônio que acentuava apenas a presença do Estado, das instituições estabelecidas e de uma classe social dirigente, apagou marcas importantes do cotidiano e da experiência social vivenciada por grandes contingentes da população. Estes ficaram alijados da reflexão para constituir em cultura, suas experiências sociais em diferentes temporalidades.

Para além do caráter ideológico, é importante destacar que a orientação dada pelos órgãos oficiais como a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN e outros, criados nos Estados e municípios, fez desenvolver uma política de tombamento que valorizava aspectos formais de caracterização

das obras de arte “*puras*”. Ou então, ressaltava os espécimes representativos de estilos arquitetônicos, acentuando o lado técnico dessa identificação e o caráter de coleção dos bens registrados enquanto patrimônio - registro quase sempre desprovido das relações sociais que os tornaram possíveis.

Tal orientação terminou por corporificar uma concepção e uma forma de praticar a preservação como a “uma única possível”, sempre com o caráter institucional e oficial como elemento definidor. É precisamente este caráter institucional da experiência brasileira no que diz respeito ao patrimônio histórico e cultural que sua atuação frente ao Departamento de Patrimônio Histórico da cidade de São Paulo julgou importante colocar em discussão.

Esta atuação se deu ao mesmo tempo em que o país resolveu entrar na seara do chamado “Capitalismo Cultural”, revitalizando patrimônios edificados para servirem de lugares de comércio cultural, caso do Pelourinho em Salvador, ou intervindo em áreas centrais das cidades com ações de embelezamento como em Curitiba. Construindo um caminho completamente diferente, em São Paulo, entre os anos de 1989 e 1992, na gestão da prefeita Luiza Erundina, a Secretaria de Cultura traz à tona a discussão política da Cidadania Cultural.

Marilena Chauí, em seu discurso de posse como secretária de cultura do município de São Paulo desta gestão, destaca a idéia de que,

cultura é mais do que as belas artes. É memória, é política, é trabalho, é história, é técnica, é cozinha, é vestuário, é religião, etc. Ali onde os seres humanos criam símbolos, valores, práticas, há cultura. Ali onde é criado o sentido do tempo, do visível e do invisível, do sagrado e do profano, do prazer e do desejo, da beleza e da feiúra, da bondade e da maldade, da justiça e da injustiça, ali há cultura.³

A base desta política com relação à questão do Patrimônio vem da proposição do Direito a Memória. Sobre a forma como

³ CHAÚÍ, Marilena. *Discurso de posse na SMC/PMSP em 2/1/1989.*

esta questão era entendida Déa Fenelon ressalta,

Se vivemos em uma sociedade que exclui, domina, oprime e oculta os conflitos e as diferenças sob a ideologia e o valor das identidades e da unidade do homogêneo e do único, então o **direito à memória** se torna uma reivindicação para fazer surgir a diversidade, a diferença, o múltiplo, as muitas memórias e as outras histórias que queremos contribuir para construir. E sempre é bom insistir em que salientar sua diversidade e multiplicidade significa reconhecer que como qualquer experiência humana, a memória é também um campo minado pelas lutas sociais: um campo de luta política, de verdades que se batem, no qual esforços de ocultação e de clarificação estão presentes na luta entre sujeitos históricos diversos que produzem diferentes versões, interpretações, valores e práticas culturais.

Durante esta gestão aparece uma série de questões com as quais nós nos debatemos até hoje e os textos, trabalhos e reflexões produzidos nesse período são fundamentais para quem atua na área de memória e patrimônio. Foi neste momento que primeiro se colocou a questão da participação dos órgãos de patrimônio nas definições da política urbana. À diretriz política de uma Cidadania Cultural agrega-se a discussão do direito à cidade e amplia-se a noção de que as definições da política urbana são também atos culturais.

A questão do tombamento “por mancha” do bairro do Bexiga abre para o Brasil uma outra forma de pensar a preservação, uma outra forma de realizar inventários, a possibilidade de reinvenção da chamada ampliação do entendimento sobre fontes históricas para além dos muros acadêmicos. Uma efetiva discussão da imagem e da história oral como formas de produção de documentação histórica, a tão falada “inter-multi-transdisciplinarietà” propondo formas de intervenção da/na vida cotidiana dos cidadãos da cidade. Esta ação foi tão emblemática que mudou radicalmente a imagem do Bexiga um bairro antes visto apenas como o lugar dos imigrantes italianos em São Paulo e agora entendido como o lugar do convívio de italianos e negros, o espaço da maior escola de samba da cidade, das cantinas e do carnaval.

No campo teórico isso trouxe para a História uma outra discussão que é a de que não havia mais sentido falar em uma cultura, uma memória, uma história e um patrimônio. No campo do embate das forças sociais pelas definições dessas políticas começam a ser desvelados os projetos diferenciados, as múltiplas formas de pensar a cidade na sua diversidade, as questões da memória, ou melhor, das memórias. Daqui muita coisa depois foi feita: intervenções, livros, projetos, teses e dissertações. A História não era mais só aquela dos novos objetos e dos novos problemas era agora o lugar nas novas propostas, novas intervenções, novos olhares. Em seu último texto escrito no ano passado para a Conferência Municipal de Cultura em Fortaleza, Déa Fenelon continua ressaltando:

Começamos, pois, por afirmar que hoje não se admite mais definições de cultura que se apresentem como “verdades” estabelecidas ou pensá-la como categoria cristalizada, estática e modelar. Devemos pensá-la sempre como elemento constitutivo do social e por isto mesmo em constante movimento, em transformação acompanhando os movimentos e as mudanças da História ou da sociedade em que ela está inserida. Daí não se falar mais em cultura no singular, significando apenas um estado, um dado ou um fato, mas devermos considerá-la sempre como culturas no plural, pois hoje já se admite a diversidade, a pluralidade, a heterogeneidade, ou a multiplicidade cultural como características do social, isto é, culturas como sendo atividades, realizações dos homens em suas relações com a natureza, sempre reconhecidas nestas diferenças e complexidades.

Para ficarmos apenas no campo de sua atuação nas áreas de memória e patrimônio vale lembrar de duas outras atuações: o projeto *Pátria Amada Esquartejada* e o *Congresso Internacional Patrimônio Histórico e Cidadania*. De abril a setembro de 1992 a propósito da agregação de efemérides: 500 anos de “descoberta” da América, 170 anos da Independência do Brasil, 200 da execução de Tiradentes, 70 anos da Semana de Arte Moderna e 60 anos do movimento constitucionalista de 1932.

O projeto era um conjunto de exposições, visitas monitoradas, publicações e aulas públicas que tomou como “eixo básico o

tema da Nação – o conceito, os símbolos, as imagens e representações – discutindo seus significados políticos e suas dimensões sociais”. Um tipo de projeto-intervenção que andou pelas ruas da cidade. Que procurou em cada lugar urbano seus sentidos e significados. Ocupou ruas, praças, equipamentos públicos como escolas, bibliotecas, casas de cultura, administrações regionais, etc.

As aulas públicas utilizaram pela primeira vez no país o formato de TV de rua com equipamentos profissionais e a participação da população da cidade. Mesmo para os tempos atuais das tecnologias digitais e das infinitas oficinas de audiovisual realizadas pelo poder público através de mais de milhares de Ongs, essa atividade foi e é ainda a mais ousada intervenção pública já feita em ruas de cidade. Foram escolhidos temas para os debates, lugares da cidade que simbolicamente eram ligados a estes temas e palestrantes especialistas, representantes de movimentos sociais ou entidades ligadas aos temas em discussão. Pela primeira vez os meninos de rua, na Praça da Sé (centro de SP); os idosos, na Praça Miguel Dell’Erba (na Lapa); os migrantes, na Praça Floriano Peixoto em Santo Amaro; os sem-teto e sem-terra, no Pátio do Mercado Municipal em Guaianazes; as nações indígenas no Parque da Providência no bairro do Butantã; os negros, na Praça da Cultura em Itaquera e, os trabalhadores, na Praça Ramos de Azevedo no centro da cidade, discutiram a Nação brasileira. Tudo isso ao vivo gravado pela TV Anhembi e pelo DPH/SP.

No texto *Nação, um lugar comum* que compõe a publicação *Pátria Amada Esquartejada*, Clementina Cunha explica o que encontrou nas ruas da cidade:

o Brasil é um país de pouca conversa. O diálogo entre as diferentes partes da nação praticamente não se estabelece – exceto, e com uma frequência crescente, como confronto. Por isso fomos às ruas, em um duplo processo de conversar e investigar as caras da nação, ouvir suas vozes e ver o que resultaria da tentativa de fazer com que elas se ouvissem mutuamente. Dispúnhamos de uma perspectiva política e de uma apreensão intelectual do problema. Descobrimos

a cada passo que elas eram infinitamente mais simples que a relação conflituosa entre sujeitos de carne osso.

Eu, que acompanho desde então as políticas públicas culturais deste país e as intervenções e ações produzidas em nome da cultura nacional, nunca mais vi algo como Pátria Amada Esquartejada, nada tão ousado, nada tão questionador, e nada tão aterrador. Nossas muitas nações por detrás de nossa pouco ousada compreensão do que somos nós.

Assim caminhamos nós, historiadores... E em cada passo deste caminho me lembro da imensa faixa pendurada na fachada do Teatro Municipal em algum dos dias deste projeto. Ela trazia um verso de Caetano (esse cara hoje tão... estranho):

eu não espero pelo dia em que todos os homens concordem, apenas sei de diversas harmonias bonitas sem juízo final.

Clementina Cunha termina seu texto com esta lembrança e acrescenta ao final do verso: *Amém*.

O Congresso Internacional Patrimônio Histórico e Cidadania iniciou a discussão que se transformou no mote de um debate por todo o país até os dias atuais: O Direito à Memória. Este também foi o título do livro publicado com alguns dos textos apresentados no Congresso. A seleção dos textos para o livro teve o cuidado de chamar para o debate, profissionais de áreas ainda muito distantes das questões sobre memória e patrimônio. No texto de apresentação da publicação podemos ler em suas últimas linhas: "que este livro venha ajudar a proverbial teimosia daqueles que continuam acreditando que o direito ao passado constitui uma das dimensões fundamentais da plena cidadania".

O congresso vem de encontro às tarefas que estavam sendo colocadas pela equipe do DPH como sendo fundamentais para o desenvolvimento do trabalho na cidade de São Paulo: entre essas tarefas uma era a de provocar o questionamento do conceito de Patrimônio como forma de promover a crítica das concepções dominantes de patrimônio cultural unicamente associada ao Artístico no sentido de construir uma noção ampla

do que era entendido e praticado como Patrimônio Cultural. No lugar desta começa a tomar forma uma concepção que propõe abarcar práticas, fazeres e memórias individuais e coletivas. Ao mesmo tempo procurou-se não restringir esse debate apenas ao corpo técnico das várias instituições componentes do DPH/SP, e se buscou a participação de setores da sociedade diretamente envolvidos com o tema e da população em geral.

A partir deste Congresso, se entendeu que o princípio da cidadania cultural deveria se desdobrar em diversas práticas que possibilitassem garantir, em todos os níveis, o direito à cultura a toda uma população diferenciada socialmente, diluindo as fronteiras hierarquizadas das experiências culturais na sociedade. Segundo Déa Fenelon,

Este princípio leva necessariamente a concepção de que os equipamentos culturais constituem bens públicos e, enquanto tais devem ser colocados a serviço da população. Envolve também a democratização da produção cultural, seja do ponto de vista de garantir os trabalhadores da cidade em geral de instrumentos capazes de possibilitar sua produção cultural autônoma, tanto quanto sua formação e informação culturais. Reconhecer que a cidadania cultural envolve as questões pertinentes à preservação do Patrimônio Cultural e acrescentando a ela a reivindicação ao direito à memória. Nesta direção a participação popular nas discussões sobre as atividades e as opções de política cultural são também parte integrante da cidadania cultural. Considera-se que os cidadãos têm o direito de produzir, fruir e ser informado de todas as propostas e opções de políticas e como tal participar das decisões sobre a sua vida e não ser apenas espectador passivo de eventos organizados a sua revelia.

Como qualquer experiência humana, a memória é também um campo minado pelos conflitos sociais: um campo de luta política, de verdades que se batem, no qual esforços de ocultação e clarificação estão presentes na luta entre sujeitos históricos diversos que produzem diferentes versões, interpretações, valores e práticas culturais. Exatamente por isto, a memória histórica constitui uma das formas mais poderosas e sutis da

dominação e da legitimação do poder.⁴

Assim, durante toda a experiência que a historiadora Déa Fenelon teve na direção do Departamento de Patrimônio Histórico da cidade de São Paulo ela procurou defender que a diferença e a multiplicidade precisam estar presentes no interior de uma política cultural que tenha como eixo central a compreensão da memória como um direito. Segundo ela, os bens culturais - marcos físicos ou registros documentais do passado - não devem ser entendidos ou tratados como despojos que testemunhem o longo triunfo de alguns. São patrimônios coletivos de sujeitos sociais diversos, capazes de conhecer suas diferenças e seus direitos e enfrentar a força criadora da multiplicidade. Trata-se de não mais espezinhar os mortos, mas deixar que a vida volte a animar sua presença na cena histórica. O direito a memória constitui, para ela, uma dimensão fundamental do pleno exercício da cidadania: se destituídos de suas lembranças e de seu passado, nada restará aos homens e mulheres do presente exceto contemplar, mudos e perplexos, a passagem do cortejo da história.

Minha tia morreu desgostosa, sem entender muito bem o que acontecia aqui nestas Minas Gerais. Ela olhava para as notícias de jornal que falavam de um tal “projeto estruturante” do governo mineiro – o Circuito Cultural da Praça da Liberdade – e me perguntava: mas ninguém vai fazer nada? Ninguém vai dizer nada? Ela questionava: como alguém pode dizer que a praça vai deixar de ser do poder e passar a ser do povo? Não é essa a praça que simboliza a república e a liberdade? Vocês não adoram falar que Belo Horizonte é uma “cidade para a república”? E deixam alguém dizer que a república não é do povo?

Eu tentava explicar a ela que alguns poucos de nós tentavam, mas não conseguiam. Ela voltava a perguntar: como vocês todos

⁴ ARANTES, Antônio Augusto. (org.) *Produzindo passado; estratégias de construção do patrimônio cultural*. Brasiliense. CONDEPHAT. São Paulo, 1984.

permitem que um cara, apenas um sujeito, decrete o fim dos sentidos e significados da história desta cidade e deste estado? Como vocês permitem que apenas uma pessoa diga que uma praça que simboliza a história desta cidade não vai mais ser nada, vai ser só um amontoado de parcerias público-privadas para vender um determinado tipo de cultura a turistas desavisados? Como vocês permitem que alguém destrua a memória da educação deste estado? E eu não conseguia dizer mais nada além de: nós estamos tentando...

Um dia a levei a uma audiência pública na Assembléia Legislativa que discutia a questão da destruição do Centro de Referencia do Professor e do Museu da Educação em Minas localizados na antiga Secretaria de Educação na Praça da Liberdade. Ela chorou quando viu os poucos de nós tentando falar com deputados que falavam nos seus celulares, liam jornais e riam de nossas preocupações. Mas pelo menos ela ainda pode ver que apesar de poucos, alguns de nós ainda acreditam em suas palavras quando dizia da necessidade de

enfrentar o desafio que sempre representou para [ela] a prática do trabalho profissional, como historiadora, que na realidade social se engaja politicamente como cidadã e tenta manter sempre presente o compromisso com o seu tempo social.

Para finalizar vou buscar um dos últimos textos de Déa Fenelon. Ela nos diz que

Na trilha de Beatriz Sarlo⁵, ao refletir sobre a relação da história com o passado a partir do presente, e endossando suas proposições, segundo as quais, é importante colocar as dissidências no centro do foco, o traço oposicionista frente aos discursos estabelecidos, aguçar a percepção das diferenças, entendendo-as como qualidades alternativas, as rupturas que podem indicar mudanças e permitir o aprofundamento das investigações e dos trabalhos, encontraremos nossas tarefas de cientistas sociais comprometidos com o social e

⁵ SARLO, Beatriz. *Paisagens Imaginárias*. Edusp: São Paulo, 1997.

com a transformação. E ainda mais, o olhar político sobre nossos objetos não se dedica a organizar um paradigma, mas se mantém atento às tendências que questionam e subvertem a ordem estabelecida, pois está sempre pronto a descobrir e relacionar, consciente de sua historicidade e das várias possibilidades que há para explorar. Resta sublinhar, que, nesse caso, a autonomia não implica o afastamento da política e nem a sujeição a seu jogo.

Aqui aparece aquilo que nos faz falta nos dias de hoje: a politização dos debates e de nossas atuações, a importância do conflito e da disputa, ao invés de um falso consenso acadêmico neoliberal já desgastado e velho, e, principalmente a necessidade fundamental de autonomia frente ao canto das sereias das “jogatinhas políticas”. Aqui aparece o sentido da nossa profissão de historiadores, somos nós quem ainda podemos lutar contra as muitas negociatas políticas feitas nos tempos atuais em nome da preservação da memória, da cultura e da história.

De volta a caixa de fotografias...

Todo mundo que esteve comigo depois que tia Déa resolveu partir olha pra caixa de fotografias e diz: “agora vc organiza a caixa, coloca as fotos em álbuns e escanea... pra todos poderem ver”.

Sinto muito, a caixa de fotografias vai continuar do jeito que esta: um monte de fotos misturadas, às vezes formando bolinhos, todos podem vê-la assim. É assim a memória, é assim nossa história e a história daqueles que ficam na história da gente.